



Região Metropolitana de Curitiba

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA A GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

PROTOCOLO DE INTENÇÕES

Considerando a necessidade de providências comuns e compartilhadas, visando os princípios norteadores da Administração Pública, principalmente o da economicidade e o interesse comum dos signatários na universalização do direito ao meio ambiente equilibrado, por intermédio da implantação de sistema de gerenciamento de resíduos sólidos e o amparo da legislação vigente, os Municípios de Almirante Tamandaré, Araucária, Balsa Nova, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Campo Magro, Colombo, Contenda, Curitiba, Fazenda Rio Grande, Mandirituba, Pinhais, Quatro Barras, Quitandinha e São José dos Pinhais todos do Estado do Paraná, representados pelos Prefeitos Municipais infra-assinados, alteram a natureza jurídica do Consórcio e firmam o presente protocolo de intenções a fim de adequá-lo às disposições da Lei Federal 11.107 de 06 de abril de 2005 e do Decreto 6.017 de 17 de Janeiro de 2007 e nas seguintes condições:

1. Objetivo

Organizar e proceder ações e atividades para a gestão do sistema de tratamento e destinação final dos resíduos sólidos urbanos gerados pelos municípios integrantes, obedecida a legislação vigente e aplicável, além das normas da ABNT.

1.1 Para o cumprimento de suas finalidades, o CONSÓRCIO terá como atribuições, ficando autorizado à:



Região Metropolitana de Curitiba

- a. Representar o conjunto dos Municípios que o integram, em matéria referente a sua finalidade, perante quaisquer outras entidades de direito público ou privado, nacionais e internacionais;
- b. Planejar, supervisionar, coordenar, orientar, gerir, controlar e avaliar as ações e atividades do CONSÓRCIO;
- c. Prestar, quer através de contratação, quer através de concessão ou parcerias público privadas, serviços públicos inerentes ao tratamento e a destinação final dos resíduos sólidos urbanos gerados pelos municípios integrantes do Consórcio, observada a legislação vigente e aplicável;
- d. Cumprir e fazer cumprir a legislação ambiental, bem como qualquer outra legislação correlata, relacionada com o gerenciamento do tratamento e da destinação final dos resíduos sólidos urbanos dos Municípios integrantes do CONSÓRCIO;
- e. Celebrar acordos, ajustes, parcerias, convênios, e contratos inerentes ou compatíveis com a finalidade e os objetivos do CONSÓRCIO, com a administração pública, a iniciativa privada, entidades do terceiro setor e organismos internacionais, conforme legislação vigente e aplicável;
- f. Definir preços e tarifas, bem como seu reajuste, revisão e reequilíbrio financeiro, levando em conta, além dos custos operacionais, os critérios definidos pela legislação vigente de cada ente consorciado pela oferta do serviço público, respeitando as regras de rateio estabelecidas nos instrumentos contratuais, quantidade de resíduos gerada em cada município, e legislação vigente.



Região Metropolitana de Curitiba

- g. Celebrar parcerias e ou instrumentos congêneres, com Órgãos e entidades públicas e privadas, nacionais, estrangeiras, ou internacionais, que se dediquem à pesquisa, a administração e a operacionalização de sistemas de gerenciamento de resíduos sólidos urbanos, visando à melhoria da qualidade do serviço prestado, sua expansão e modicidade.

2. DA PERSONALIDADE JURÍDICA

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS, nos termos da Lei nº 11.107/2005, rege-se sob a forma jurídica de Associação Pública, sem fins lucrativos, de acordo com as normas da Lei nº 11.107/2005, pela Lei nº 11.445/2007 e pelo Decreto nº 6.017/2007, bem como demais legislações pertinentes e pelo seu Estatuto.

3. DENOMINAÇÃO e SEDE

O CONSÓRCIO será denominado CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS, com nome fantasia de CONRESOL, e terá sede no Município de Curitiba – Estado do Paraná.

3.1. A sede e foro do CONSÓRCIO poderão ser transferidos para outro Município, por decisão em Assembléia Geral, pelo voto de, no mínimo, 2/3 (dois terços) de seus membros.



Região Metropolitana de Curitiba

3.2. Para efeitos desse Protocolo de Intenções, as expressões CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL, CONSÓRCIO e CONRESOL são equivalentes à CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS.

4. ABRANGÊNCIA E DURAÇÃO

Fazem parte do Consórcio os Municípios abaixo relacionados:

Município de Almirante Tamandaré;
Município de Araucária ;
Município de Balsa Nova;
Município de Campina Grande do Sul;
Município de Campo Largo;
Município de Campo Magro;
Município de Colombo;
Município de Contenda;
Município de Curitiba;
Município da Fazenda Rio Grande;
Município de Mandirituba;
Município de Pinhais ;
Município de Quatro Barras;
Município de Quitandinha, e
Município de São José dos Pinhais.

4.1 Os demais Municípios da Região Metropolitana de Curitiba poderão integrar o Consórcio Intermunicipal desde que ratifiquem por lei os termos deste protocolo, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data da sua publicação, ou a qualquer tempo nos termos do item 4.5;



Região Metropolitana de Curitiba

4.2 A área de atuação do CONSÓRCIO será constituída pelos territórios dos Municípios que o integram, entendendo-se como única unidade territorial, inexistindo limites intermunicipais para as finalidades a que se propõe, respeitada a autonomia administrativa, financeira e legal dos Municípios que o integram.

4.3 Os entes consorciados participarão do consórcio conforme previsão expressa através do contrato de rateio e de programa, obrigações contratuais assumidas e demais obrigações definidas em lei.

4.4 Ao ente consorciado adimplente com suas obrigações é assegurado o direito de exigir junto à administração do consórcio, o pleno cumprimento das cláusulas contratuais e demais instrumentos pertinentes, bem como a aplicação de sanções.

4.5 É facultado o ingresso de novo (s) integrante (s) no CONSÓRCIO a qualquer momento, por decisão em Assembléia Geral por 2/3 de seus membros, o que se fará por termo aditivo firmado pelo seu Presidente e pelo (s) Representante (s) Legal (is) do (s) ente (s) que deseja (rem) consorciar-se, do qual constará a lei autorizadora.

4.6 O CONSÓRCIO terá prazo de duração indeterminado.

5. DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

O CONSÓRCIO terá a seguinte estrutura básica:

- I – Assembléia Geral;
- II – Presidente e Vice-Presidente;
- III – Conselho Fiscal;
- IV - Conselho Técnico;



Região Metropolitana de Curitiba

V – Câmaras Técnicas, e

VI – Secretaria Executiva.

6 DA ASSEMBLÉIA GERAL

6.1 Funcionamento

- a. A Assembléia Geral é a instância máxima de deliberação do Consórcio Intermunicipal, constituída pelos Prefeitos dos Municípios consorciados, com direito a 1 (um) voto cada, de forma pessoal e intransferível, sendo atribuído o Voto de Qualidade ao seu Presidente.
- b. O representante legal do consórcio, nos seus impedimentos ou na vacância será substituído ou sucedido por aquele que, nas mesmas hipóteses, o substituir ou suceder na chefia do poder executivo.
- c. O quorum exigido para a realização da assembléia geral em primeira convocação é de no mínimo 2/3 dos entes consorciados. Caso não se realize em primeira convocação considerar-se-á automaticamente convocada e em segunda convocação se realizará 30 (trinta) minutos depois com o mínimo de 1/3 dos consorciados, sendo deliberado pela maioria dos presentes, quando não houver disposição expressa em contrário.
- d. A Assembléia Geral ocorrerá ordinariamente, uma vez por ano e extraordinariamente, por convocação formal de seu Presidente, sempre que houver pauta para deliberação ou quando convocada, por ao menos, 1/3 (um terço) de seus membros;



Região Metropolitana de Curitiba

- e. A Assembléia Geral será presidida pelo representante legal do consórcio, ou pelo Vice-Presidente na sua falta.
- f. As Assembléias Gerais serão de livre acesso ao público, salvo aquelas em que serão tratados assuntos considerados sigilosos, por prévia e motivada decisão.
- g. Ressalvadas as exceções expressamente previstas neste Protocolo e no Estatuto, todas as demais deliberações da Assembléia Geral serão tomadas pelo voto da maioria simples dos membros presentes;
- h. Havendo consenso entre seus membros, as eleições e demais deliberações poderão ser efetivadas através de aclamação;
- i. O Estatuto do CONSÓRCIO somente poderá ser alterado através de decisão de, no mínimo 2/3 (dois terços) dos membros do CONSÓRCIO, regularmente convocados para assembléia extraordinária para esta finalidade;

5.2 Compete à Assembléia Geral:

- a. Eleger o representante legal do consórcio.
- b. Deliberar, em última instância, sobre os assuntos gerais do CONSÓRCIO;
- c. Aprovar e modificar o Estatuto do CONSÓRCIO, bem como resolver e dispor sobre os casos omissos;



Região Metropolitana de Curitiba

- d. Deliberar sobre as contratações de serviços de terceiros, outorga de concessão dos serviços inerentes ao CONSÓRCIO, bem como sobre a celebração de quaisquer instrumentos de parceria, acordos e convênios com órgãos públicos e privados;
- e. Deliberar sobre o referendo da indicação do Secretário Executivo;
- f. Dar posse ao Conselho Fiscal, ao Conselho Técnico e ao Secretário Executivo;
- g. Deliberar sobre a solicitação de servidores públicos e contratação de empregados públicos para o CONSÓRCIO;
- h. Deliberar sobre a inclusão e exclusão de consorciados;
- i. Deliberar sobre reajuste das tarifas, taxas e custos, conforme parecer do Conselho Técnico, de acordo com os critérios técnicos definidos neste instrumento;
- j. Aprovar anualmente os termos do contrato de rateio;
- k. Deliberar sobre o plano de atividades, proposta orçamentária, balanços e relatórios de contas em geral.

7. DO PRESIDENTE E VICE- PRESIDENTE

7.1 Da Nomeação

- a. O Consorcio Intermunicipal será presidido pelo Chefe do Poder Executivo de um dos municípios consorciados, o qual será o seu representante legal, eleito em

- b. escrutínio secreto, por maioria absoluta, para o mandato de 02 (dois) anos, permitida uma reeleição.

Se nenhum candidato obtiver maioria absoluta de votos, proceder-se-á segundo escrutínio, por maioria simples, onde concorrerão os dois candidatos mais votados na primeira votação.

- c. Na mesma ocasião e condições dos itens anteriores, será escolhido um Vice-Presidente, também Chefe do Poder Executivo de um dos Municípios consorciados, que substituirá o Presidente nas suas ausências e impedimentos.

7.2 Das Competências

7.2.1 – Compete ao Presidente:

- a. Presidir as reuniões da Assembléia Geral e dar voto de qualidade;
- b. Representar o CONSÓRCIO, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, podendo firmar acordos, contratos, parcerias, convênios e outros instrumentos, bem como constituir procuradores com poderes "ad judicia";
- c. Superintender a arrecadação e ordenar as despesas do CONSÓRCIO;
- d. Dar encaminhamento às deliberações da Assembléia Geral;
- e. Indicar o Secretário Executivo e nomeá-lo após referendo da Assembléia Geral.

7.2.2 - Compete ao Vice-Presidente:

- a. Substituir o Presidente nas suas ausências e impedimentos.

8. DO CONSELHO FISCAL

8.1 Funcionamento

- a. O Conselho Fiscal é órgão fiscalizador, constituído de 01 (um) representante e 01 (um) suplente, de cada consorciado, indicados pelos Chefes do Poder Executivo de cada Município.
- b. O Conselho Fiscal será presidido por um de seus membros, eleito, em escrutínio secreto, para um mandato de 02 (dois) anos, após apreciação das contas do mandato anterior.
- c. Na mesma ocasião e condições do parágrafo anterior serão escolhidos o Vice-Presidente e o Secretário do Conselho.
- d. O Conselho se reunirá no mínimo uma vez por semestre no exercício ou por convocação de seu presidente quando necessário.

8.2 Competências

- a. Fiscalizar permanentemente a contabilidade do CONSÓRCIO;
- b. Acompanhar e fiscalizar quaisquer operações econômicas ou financeiras do consórcio;
- c. Exercer o controle de gestão e de finalidade do CONSÓRCIO;



Região Metropolitana de Curitiba

- d. Emitir parecer sobre proposta orçamentária, balanços e relatórios de contas em geral, a serem submetidos à Assembléia Geral, para efetiva prestação de contas;
- e. Eleger seu Presidente, Vice-Presidente e Secretário;
- f. Elaborar estudos e pareceres relativos aos assuntos de sua competência;
- g. Solicitar ao Presidente do Consórcio a convocação de Assembléia, bem como a inclusão de assuntos na pauta;
- h. O Conselho Fiscal se reunirá semestralmente e poderá ser convocado extraordinariamente, por qualquer dos seus membros;

9. DO CONSELHO TÉCNICO

9.1 Funcionamento

- a. O Conselho Técnico é órgão de planejamento, acompanhamento e controle da operacionalização das atividades do consórcio, constituído de 01 (um) representante e 01 (um) suplente, de cada consorciado, indicados pelos respectivos Chefes do Poder Executivo.
- b. O Conselho Técnico será presidido por um de seus membros, eleito, em escrutínio secreto, para um mandato de 02 (dois) anos.
- c. Na mesma ocasião e condições do item anterior serão escolhidos o Vice-Presidente e o Secretário do Conselho.



Região Metropolitana de Curitiba

- d. O Conselho Técnico se reunirá semestralmente e poderá ser convocado extraordinariamente, por qualquer dos seus membros;

9.2 Competências:

- a. Planejar, acompanhar e fiscalizar permanentemente as atividades do CONSÓRCIO; inclusive os serviços contratados ou concedidos;
- b. Emitir parecer sobre as contratações de serviços de terceiros, outorga de concessão dos serviços inerentes ao CONSÓRCIO, bem como sobre a celebração de quaisquer instrumentos de parceria, acordos e convênios com órgãos públicos e privados;
- c. Emitir parecer sobre reajuste das tarifas, taxas e custos, conforme análise preliminar realizada pela(s) Câmara(s) Técnica(s), de acordo com os critérios estabelecidos neste instrumento;
- d. Emitir parecer sobre o plano de atividades e orçamentos;
- e. Emitir parecer sobre a proposta de alterações do Estatuto;
- f. Eleger seu Presidente, Vice-Presidente e Secretário;
- g. Elaborar estudos e pareceres sobre os assuntos de sua competência;
- h. Constituir Câmaras Técnicas sempre que necessário;



Região Metropolitana de Curitiba

- i. Solicitar ao Presidente do Consórcio a convocação de Assembléia, bem como a inclusão de assuntos na pauta;
- j. Emitir parecer acerca do ingresso e retirada de entes no consórcio.

10. DAS CÂMARAS TÉCNICAS

10.1 A(s) Câmara(s) Técnica(s) poderá (ão) ser constituída (s), sempre que necessário, e serão composta(s) por representantes técnicos dos Municípios, indicados pelos Chefes do Poder Executivo; podendo ser incluída a participação de outros profissionais com notório saber, desde que referendada pelo Presidente do Consórcio.

10.2 No mesmo ato de indicação de representantes, será estabelecida a finalidade da câmara técnica, suas competências e atribuições bem como o seu prazo de duração;

11. DA SECRETARIA EXECUTIVA

11.1 A Secretaria Executiva é o órgão executivo do CONSÓRCIO, constituída por um Secretário Executivo e pelo corpo técnico e administrativo;

a. O Secretário Executivo a ser nomeado pelo Presidente, será por ele indicado e referendado pela Assembléia Geral.

12. DO PATRIMÔNIO, DOS RECURSOS FINANCEIROS E PESSOAL

12.1 O Patrimônio do CONSÓRCIO será constituído:

- a. Pelos bens que vier a adquirir a qualquer título;
- b. Pelos bens que lhe forem doados por entidades públicas ou particulares.
- c. Pelos bens transferidos por ente consorciado através de contrato de programa, instrumento de transferência ou de alienação.

12.2 Constituem recursos financeiros do CONSÓRCIO:

- a. Contribuição periódica dos consorciados, mediante contrato de rateio.
 - a.1 Anualmente será determinada em Assembleia Geral, para o ano subsequente, o valor da contribuição de cada ente consorciado para custeio das despesas gerais do consórcio que constará no contrato de rateio.
 - a.2 As despesas gerais de administração do consórcio serão rateadas em função da quantidade de resíduos gerados por cada ente consorciado.
- b. A tarifa arrecada em razão da prestação do serviço público objeto do consórcio, a qual será rateada em função da quantidade de resíduos gerada em cada município e destinada para tratamento no sistema gerenciado pelo Consórcio; tendo por base para 2007 os resíduos gerados em 2006 e assim sucessivamente.
- c. Auxílios, contribuições e subvenções concedidos por entidades públicas e particulares;

- d. As rendas de seu patrimônio;
- e. As doações e legados;
- f. O produto da alienação de seus bens; e
- g. E outras decorrentes da realização de seu objetivo.

12.3 DO PESSOAL

a. Em qualquer situação os servidores e ou empregados públicos cedidos para o Consórcio permanecerão vinculados às entidades de origem, não se estabelecendo qualquer tipo de vínculo empregatício bem como equiparação salarial.

b. Os servidores e ou empregados públicos serão cedidos pelos entes consorciados, na forma da legislação vigente de cada Município.

c. Ficam criados cargos e empregos públicos, forma de provimento, carga horária e respectiva remuneração pelo exercício de funções, conforme disposto no anexo, parte integrante deste protocolo.

d. Sem prejuízo da disposição acima firmada, fica autorizado o Consórcio a contratar pessoal em consonância ao regime CLT, por tempo determinado a fim de atender necessidades excepcionais, desde que o projeto/ programa ao qual o servidor será destinado tenha tido suas metas previamente aprovadas pela Assembléia.

DISPOSIÇÕES GERAIS

13. Fica assegurado aos consorciados o direito de se retirar a qualquer momento do CONSÓRCIO, desde que denuncie sua intenção formalmente junto a Assembleia Geral, em prazo nunca inferior a 180 (cento e oitenta) dias, observando o disposto nos §§ 1º e 2º do artigo 11, sem prejuízo das penalidades previstas no §2º, do artigo 12, da Lei nº11.107/2005.

13.1 Deverá ser estabelecida cláusula penal no contrato de rateio e de programa, a qual terá caráter indenizatório na proporção ao prejuízo causado ao consórcio, nas hipóteses de atraso ou inadimplência e retirada ou exclusão do ente.

14. O CONSÓRCIO será extinto por decisão de 2/3 dos seus entes integrantes, através da Assembleia Geral, em reunião extraordinária, especialmente convocada para este fim, ratificado mediante lei por todos os entes consorciados e de acordo com a legislação federal.

15. Em caso de extinção será obedecido o disposto no artigo 29, parágrafo 1º do decreto 6.017/2007 e demais legislações aplicáveis.

16. O mandato dos membros eleitos e indicados findar-se-á, de imediato, no caso de haver alteração na Chefia do Poder Executivo do ente da federação consorciado, a não ser que novo Chefe do Executivo referende a indicação anterior.

17. Os Municípios que subscrevem este protocolo, deverão ratificá-lo mediante Lei, no prazo de sessenta dias, a contar da publicação no Diário Oficial do Estado da decisão



Região Metropolitana de Curitiba

da Assembléia Geral que aprovou os seus termos.

18. Para dirimir as controvérsias decorrentes da aplicação do presente instrumento, que não sejam suficientemente sanadas pela Assembléia Geral, elegem os signatários o foro central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Estado do Paraná.

E POR ASSIM ESTAREM DE PLENO ACORDO COM TUDO O QUE AQUI SE CONVENCIONOU, AS PARTES CELEBRAM E ASSINAM O PRESENTE PROTOCOLO PARA QUE SURTA OS DEVIDOS E NECESSÁRIOS EFEITOS DE DIREITO.

Curitiba, 20 de abril de 2007

VILSON ROGÉRIO GOINSKI
PREFEITO MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ

OLIZANDRO JOSÉ FERREIRA
PREFEITO MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA

JOSÉ FRANCO PELLIZZARI
PREFEITO MUNICIPAL DE Balsa Nova



Região Metropolitana de Curitiba

NELISE CRISTIANE DALPRÁ

PREFEITA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL

EDSON DARLEI BASSO

PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

RILTON BOZA

PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO

JOSÉ ANTÔNIO CAMARGO

PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO

HÉLIO LUIS BOÇOEN

PREFEITO MUNICIPAL DE CONTENDA

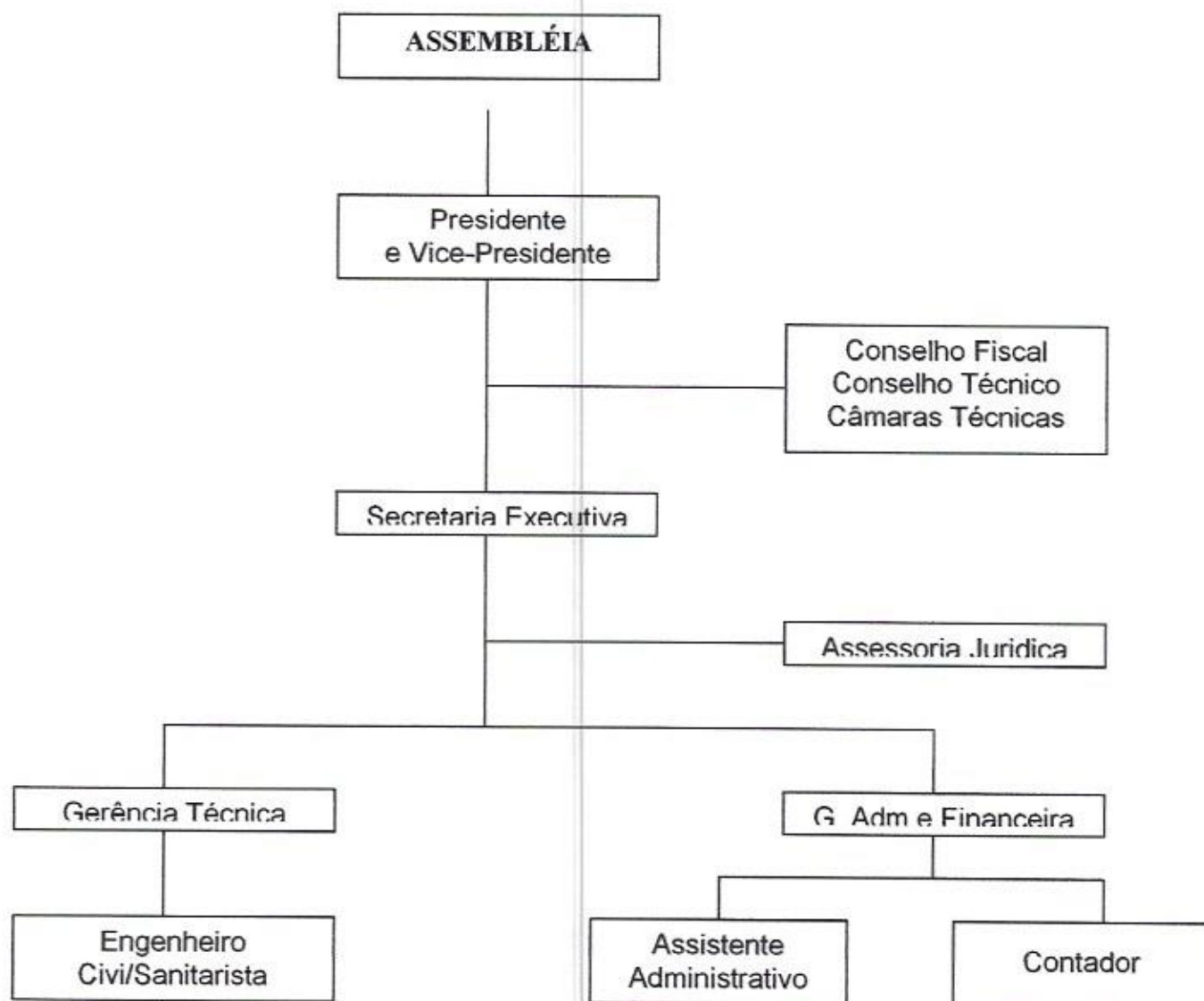
CARLOS ALBERTO RICHÁ

PREFEITO MUNICIPAL DE CURITIBA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL – ANEXO DO PROTOCOLO DE INTENÇÕES

Fica estabelecida a Estrutura Organizacional do Consórcio,
Seus cargos, funções, provimento e carga horária, como segue:



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA A GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS **ESTRUTURA ORGANIZACIONAL - ANEXO DO PROTOCOLO DE INTENÇÕES**

Fica estabelecida a Estrutura Organizacional do Consórcio, seus cargos, funções, provimento e carga horária, como segue:

Cargo	Quantidade	Provimento	Carga Horária	Regime	Remuneração
Secretário Executivo	1	Em comissão	40 hs/sem.	CLT	R\$ 7.558,52
Assessor Jurídico	1	Em comissão	40 hs/sem.	CLT	R\$ 4.837,42
Gerente Adm. Financeiro	1	Em comissão	40 hs/sem.	CLT	R\$ 4.837,42
Gerente Técnico	1	Em comissão	40 hs/sem.	CLT	R\$ 4.837,42
Engenheiro	1	Concurso Público	40 hs/sem.	CLT	R\$ 2.677,62
Fiscal/Téc. N. Médio	9	Concurso Público	40 hs/sem.	CLT	R\$ 950,00
Contador	1	Concurso Público	40 hs/sem.	CLT	R\$ 3.700,00
Assistente Administrativo	2	Concurso Público	40 hs/sem.	CLT	R\$ 900,00



ATA DA 8ª ASSEMBLÉIA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

20/04/2007 – FL. 01

Aos vinte dias do mês de abril do ano de dois mil e sete, às dez horas, no Salão do Lago do Parque Barigui, nesta Capital, Estado do Paraná, reuniram-se em Assembléia a senhora Nelise Cristiane Dalprá e os senhores Edson Darlei Basso, Rilton Boza, Hélio Luis Boçoen, Carlos Alberto Richa, Mário Bonaldo, Roberto Adamoski e Leopoldo Costa Meyer, Prefeitos dos Municípios de Almirante Tamandaré, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Campo Magro, Contenda, Curitiba, Pinhais, Quatro Barras e São José dos Pinhais, respectivamente, a senhora Rosa Maria Milleo da Costa e os senhores, Hélio Luis Bzuneck, José Mario Besciak, Cristiano José Baratto, Luiz Carlos Chimim Claudino representando os senhores Prefeitos dos Municípios de Almirante Tamandaré, Araucária, Balsa Nova, Colombo e Mandirituba, respectivamente, conforme listagem anexa. Dando início aos trabalhos o Senhor Carlos Alberto Richa, Presidente deste Consórcio, eleito na sétima Assembléia realizada em dezenove de setembro de dois mil e seis, convidou o senhor Leopoldo Costa Meyer, Vice-Presidente também eleito no mesmo ato a compor a mesa. Iniciou os trabalhos cumprimentando a todos agradecendo a presença dos Prefeitos e representantes dos Municípios, ressaltando a importância dos assuntos que serão tratados conforme a pauta apresentada. Dando seqüência o Senhor José Antonio Andreguetto, Secretário Municipal do Meio Ambiente de Curitiba, apresentou a pauta explicando sucintamente cada item. Item I – Mudança da personalidade jurídica do Consórcio a Técnica Marilza do Carmo Oliveira Dias, da Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Curitiba, explicou que com a publicação da Lei Federal 11.107/2005, que regulamentou os Consórcios Intermunicipal e o Decreto Federal 6.017/2007 normatizando os procedimentos é possível transformar o atual Consórcio de direito privado para direito público conquistando assim maior economicidade e segurança no trato dos assuntos pertinentes ao Consórcio para os entes envolvidos. Para isto é necessário que o Protocolo de Intenções apresentado, discutido e anexo a esta ata, seja ratificado mediante Lei Municipal confirmando a participação do ente Municipal no Consórcio. A mesma apresentou todas as cláusulas componentes do Termo, propondo nome fantasia "CONRESOL". Após a apresentação a senhora Marilza passou a palavra ao senhor Andreguetto que colocou em votação os termos do Protocolo de Intenções, sendo levantado pela Prefeitura de Campina Grande a dificuldade do cumprimento do prazo de 60 dias para aprovação junto as câmaras municipais onde o Sr. Andreguetto reforçou o cronograma das atividades que sucederão a este ato, colocando-se a disposição da Prefeitura para junto a sua câmara de vereadores apresentar e defender o assunto, na seqüência foi questionado pelos participantes o critério de rateio das despesas de custeio, constantes do item 12.2, a2, ficando sua redação, como segue "*As despesas gerais de administração do consorcio serão rateadas em*

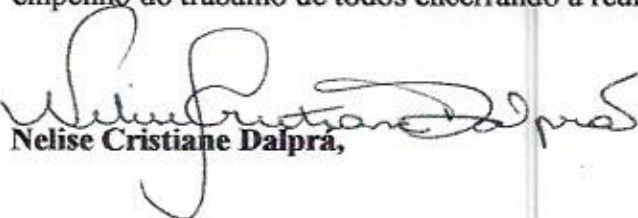
P



ATA DA 8ª ASSEMBLÉIA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

20/04/2007 – FL. 02

função da quantidade de resíduos gerados por cada ente consorciado". Na sequência foi discutida a redação do item 14, ficando alterada sua redação, como segue "O Consórcio será extinto por decisão 2/3 dos seus entes integrantes, através da Assembleia Geral, em reunião extraordinária, especialmente convocada para este fim, ratificando mediante lei por todos os entes consorciados e de acordo com a legislação federal" e mais nada tendo a considerar, fica aprovado o protocolo de intenções apresentado, onde o consórcio fará a publicação da súmula indicando o local na internet em que pode ser consultado na íntegra e os municípios ratificarão por lei o protocolo no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da data desta publicação. Passando para o próximo item da pauta, Item II - Apresentação do arranjo tecnológico, a Sra Marilza retomou a palavra, apresentando o estudo de alternativas tecnológicas para destinação e tratamento de resíduos sólidos urbanos. Na sequência o senhor Andreguetto levou o assunto à aprovação dos demais esclarecendo as dúvidas e ficando aprovadas as conclusões do estudo de alternativas tecnológicas como diretrizes para a elaboração do edital, bem como à continuidade pelo grupo de trabalho que realizou o estudo de alternativas tecnológicas o início da preparação do Edital, cujo delineamento deverá ser concluído no prazo de 60 (sessenta) dias. Passando para o III item da pauta, Assuntos Gerais, onde o senhor Andreguetto ressaltou a necessidade de se trabalhar junto ao governo do estado na definição do local para implantação das novas tecnologias para tratamento dos resíduos sólidos dos entes consorciados. Informando aos participantes que em reunião com representantes do governo do estado os mesmos manifestaram interesse na participação no Consórcio. Após várias colocações ficou mantido o grupo de trabalho integrado pelos representantes dos municípios para as conversações preliminares com representantes do estado sobre a estratégia para escolha e aprovação da área e definição de benefícios para o Município sede, apresentando ao Conselho de Municípios as conclusões e recomendações no prazo de 30 (trinta) dias. Na sequência o senhor Andreguetto levou a aprovação à proposta de alteração da sede do Consórcio hoje na Rua Manoel dos Santos Barreto, 152 para Avenida Manoel Ribas, 2727, Mercês, Curitiba, PR, sendo acatado e aprovado por todos os presentes. Em não tendo mais a se considerar passou a palavra ao Presidente senhor Carlos Alberto Richa, que resumindo a reunião agradeceu a presença e empenho do trabalho de todos encerrando a reunião e após lida fica aprovada a presente ata.


Nelise Cristiane Dalprá,





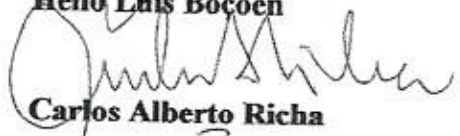
**ATA DA 8ª ASSEMBLÉIA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA GESTÃO
DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS**

20/04/2007 – FL. 03


Edson Darlei Basso


Rilton Boza

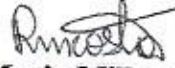

Hélio Luis Boccon


Carlos Alberto Richa


Mário Bonaldo


Roberto Adamoski


Leopoldo Costa Meyer


Rosa Maria Milleo da Costa

Hélio Luis Bzuneck


José Mario Besciak

Cristiano José Baratto


Luiz Carlos Chimim Claudino

ESTATUTO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

Pelo presente instrumento, os Municípios de Almirante Tamandaré, Balsa Nova, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Campo Magro, Contenda, Curitiba, Fazenda Rio Grande, Mandirituba e São José dos Pinhais, representados pelos Prefeitos Municipais infra-assinados, devidamente autorizados por leis municipais respectivas, constituem, nos termos da Constituição Estadual e das respectivas leis orgânicas, CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL, que se regerá pelas normas a seguir articuladas.

CAPÍTULO I DA CONSTITUIÇÃO, DENOMINAÇÃO, SEDE E DURAÇÃO

SEDE: RUA MANOEL DOS SANTOS BARRETO - Nº 152
BAIRRO JUVETE - CEP: 80530.250

Art. 1º. O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL, nos termos da Lei Complementar Estadual nº 82/98, constitui-se sob a forma jurídica de Associação Civil, sem fins lucrativos, regendo-se pelas normas do Código Civil Brasileiro e legislação pertinente, pelo presente Estatuto e seu Regimento Interno.

Parágrafo Único. Para efeitos desse Estatuto, consideram-se equivalentes as expressões CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL e CONSÓRCIO.

Art. 2º. É facultado o ingresso de novo (s) sócio (s) no CONSÓRCIO a qualquer momento e a critério do Conselho de Municípios, o que se fará por termo aditivo firmado pelo seu Presidente e pelo(s) Prefeito(s) do(s) Município(s) que deseja(rem) consorciar-se, do qual constará a lei municipal autorizadora.

Art. 3º. O CONSÓRCIO terá sede e foro no Município e Comarca de Curitiba - Estado do Paraná, e será restrito a Municípios integrantes da Região Metropolitana de Curitiba.

Parágrafo Único - A sede e foro do CONSÓRCIO poderão ser transferidos para outra cidade, por decisão do Conselho de Municípios, pelo voto de, no mínimo, 2/3 (dois terços) de seus membros.

Art. 4º. A área de atuação do CONSÓRCIO será formada pelos territórios dos Municípios que o integram, constituindo uma unidade territorial, inexistindo limites intermunicipais para as finalidades a que se propõe, respeitada a autonomia administrativa, financeira e legal dos Municípios que o integram.

Art. 5º. O CONSÓRCIO terá duração indeterminada.



M

1

[Handwritten signature]

ESTATUTO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL

Pelo presente instrumento, os Municípios de Almirante Tamandaré, Balsa Nova, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Campo Magro, Contenda, Curitiba, Fazenda Rio Grande, Mandirituba e São José dos Pinhais, representados pelos Prefeitos Municipais infra-assinados, devidamente autorizados por leis municipais respectivas, constituem, nos termos da Constituição Estadual e das respectivas leis orgânicas, CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL, que se regerá pelas normas a seguir articuladas.

CAPÍTULO I DA CONSTITUIÇÃO, DENOMINAÇÃO, SEDE E DURAÇÃO

Art. 1º. O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL, nos termos da Lei Complementar Estadual nº 82/98, constitui-se sob a forma jurídica de Associação Civil, sem fins lucrativos, regendo-se pelas normas do Código Civil Brasileiro e legislação pertinente, pelo presente Estatuto e seu Regimento Interno.

Parágrafo Único. Para efeitos desse Estatuto, consideram-se equivalentes as expressões CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL e CONSÓRCIO.

Art. 2º. É facultado o ingresso de novo (s) sócio (s) no CONSÓRCIO a qualquer momento e a critério do Conselho de Municípios, o que se fará por termo aditivo firmado pelo seu Presidente e pelo(s) Prefeito(s) do(s) Município(s) que deseja(rem) consorciar-se, do qual constará a lei municipal autorizadora.

Art. 3º. O CONSÓRCIO terá sede e foro no Município e Comarca de Curitiba – Estado do Paraná, e será restrito a Municípios integrantes da Região Metropolitana de Curitiba.

Parágrafo Único – A sede e foro do CONSÓRCIO poderão ser transferidos para outra cidade, por decisão do Conselho de Municípios, pelo voto de, no mínimo, 2/3 (dois terços) de seus membros.

Art. 4º. A área de atuação do CONSÓRCIO será formada pelos territórios dos Municípios que o integram, constituindo uma unidade territorial, inexistindo limites intermunicipais para as finalidades a que se propõe, respeitada a autonomia administrativa, financeira e legal dos Municípios que o integram.

Art. 5º. O CONSÓRCIO terá duração indeterminada



CAPÍTULO II DAS FINALIDADES

Art. 6º. São finalidades do CONSÓRCIO organizar, administrar e gerenciar ações e atividades, sob a forma de sistema, do qual será a unidade central, relativas ao serviço público consistente na coleta, transporte, transferência, tratamento e destinação final de resíduos sólidos urbanos, gerados nos Municípios integrantes do CONSÓRCIO, obedecidas as legislações específicas, vigente e aplicável, e as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Art. 7º. Para o cumprimento de suas finalidades, o CONSÓRCIO executará os seguintes objetivos:

I – representar o conjunto dos Municípios que o integram, em matéria referente ao Artigo 6º, perante quaisquer outras entidades de direito privado, nacionais e internacionais;

II – planejar, supervisionar, coordenar, orientar, controlar e avaliar as ações e atividades relacionadas com a finalidade do CONSÓRCIO;

III – prestar, quer através de contratação, quer através de concessão, em nome do interesse comum dos Municípios integrantes do CONSÓRCIO, serviço público de coleta, transporte, transferência, tratamento e destinação final de resíduos sólidos urbanos, gerados nos municípios integrantes do CONSÓRCIO, mediante prévia licitação, observada a legislação vigente e aplicável;

IV – cumprir e fazer cumprir a legislação ambiental e de recursos hídricos, bem como qualquer outra legislação correlata, relacionada com a prestação do serviço público de coleta, transporte, transferência, tratamento e disposição final de resíduos sólidos urbanos dos Municípios integrantes do CONSÓRCIO;

V – celebrar acordos, ajustes, parcerias, convênios, e contratos inerentes ou compatíveis com a finalidade e os objetivos do CONSÓRCIO ou dos que lhe forem delegados por instrumento próprio;

VI – interagir com Órgãos e entidades públicas e privadas, nacionais, estrangeiras, ou internacionais, que se dediquem à pesquisa, a administração, a operacionalização e gerenciamento de sistemas de coleta, transporte, transferência, tratamento e disposição final de resíduos sólidos, visando a melhoria da qualidade do serviço prestado, sua expansão e modicidade.



CAPÍTULO III



DAS DIRETRIZES DE PLANEJAMENTO OPERACIONAL

Art. 8º. O CONSÓRCIO, no planejamento de suas ações e atividades, sempre compatíveis com a sua finalidade, objetivo e interesses econômicos e sociais, atenderá as seguintes diretrizes básicas:

I – atender às políticas urbana e metropolitana estabelecidas nos planos, programas e projetos do Governo do Estado do Paraná e dos Municípios integrantes do CONSÓRCIO;

II – observar as peculiaridades e diferenças econômicas e sociais entre os Municípios integrantes do CONSÓRCIO e o contexto estadual;

III – participação direta dos usuários e das comunidades destinatárias das ações do CONSÓRCIO.

CAPÍTULO IV DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Art. 9º. O CONSÓRCIO terá a seguinte estrutura básica:

Seção I – Conselho de Municípios;

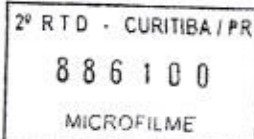
Seção II – Conselho Fiscal e Técnico;

Seção III – Câmara de Gestão de Coleta, Transporte, Transferência, Tratamento e Destinação Final;

Seção IV – Câmara de Gestão de Tratamento e Destinação Final;

Seção V – Secretaria Executiva.

Seção I



Art. 10. O Conselho de Municípios é órgão deliberativo, constituído pelos Prefeitos dos Municípios consorciados.



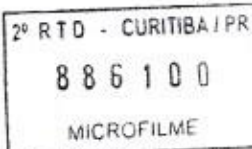
§ 1º. O Conselho de Municípios será presidido pelo Prefeito de um dos municípios consorciados, eleito em escrutínio secreto, por maioria absoluta, para mandato de 02 (dois) anos, permitida uma reeleição.

§2º. Se nenhum candidato obtiver maioria absoluta de votos, proceder-se-á segundo escrutínio, onde concorrerão os dois candidatos mais votados na primeira votação.

§3º. Na mesma ocasião e condições dos parágrafos anteriores, será escolhido um Vice-Presidente, também Prefeito de um dos Municípios consorciados, que substituirá o Presidente nas suas ausências e impedimentos.

Art. 11. Compete ao Conselho de Municípios:

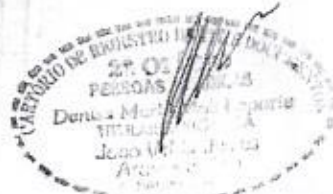
- I - deliberar, em última instância, sobre os assuntos gerais do CONSÓRCIO;
- II - aprovar e modificar o Regimento Interno do CONSÓRCIO, bem como resolver e dispor sobre os casos omissos;
- III - deliberar sobre as contratações de pessoal, de serviços de terceiros, outorga de concessão dos serviços inerentes ao CONSÓRCIO, e convênios com órgãos públicos e privados, de acordo com o disposto no art. 7º, V;
- IV - nomear e destituir o Coordenador Geral;
- V - deliberar sobre a solicitação de servidores públicos para a prestação de serviços junto ao CONSÓRCIO;
- VI - deliberar sobre a inclusão e exclusão de consorciados;
- VII - apreciar e deliberar sobre propostas de alterações do Estatuto;
- VIII - deliberar sobre reajuste das tarifas e custos, conforme análise procedida pelas Câmaras de Gestão.
- IX - deliberar sobre o plano de atividades, proposta orçamentária, balanços e relatórios de contas em geral.
- X - deliberar sobre a migração dos Consorciados de uma Câmara para outra;
- XI - deliberar sobre a criação de novas Câmaras.



Art. 12. O Conselho de Municípios reunir-se-á ordinariamente, uma vez por ano e extraordinariamente, por convocação de seu Presidente, sempre que houver pauta para deliberação, ou, quando convocado por, ao menos, 1/3 (um terço) de seus membros.



[Handwritten signatures and initials]



Art. 13. As reuniões do Conselho de Municípios poderão ser de livre acesso ao público, a critério do Presidente do Conselho.

Art. 14. Compete ao Presidente do Conselho de Municípios:

- I – presidir as reuniões e dar voto de qualidade;
- II – representar o CONSÓRCIO, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, podendo firmar contratos ou convênios, bem como constituir procuradores “ad negotia” e “ad judicia”;
- III – superintender a arrecadação e ordenar as despesas do CONSÓRCIO.

Art. 15. Compete ao Vice-Presidente substituir o Presidente nas suas ausências e impedimentos.

Seção II

Art. 16. O Conselho Fiscal e Técnico é o órgão fiscalizador, constituído de 01 (um) representante de cada município consorciado e 01 (um) suplente, indicados pelos Prefeitos Municipais.

§ 1º. O Conselho Fiscal e Técnico será presidido por um de seus membros, eleito, em escrutínio secreto, para um mandato de 02 (dois) anos, após apreciação do mandato anterior.

§ 2º. Na mesma ocasião e condições do parágrafo anterior serão escolhidos o Vice-Presidente e o Secretário do Conselho.

Art. 17. Compete ao Conselho Fiscal e Técnico:

- I – fiscalizar permanentemente a contabilidade do CONSÓRCIO;
- II – acompanhar e fiscalizar, sempre que considerar oportuno e conveniente, quaisquer operações econômicas ou financeiras do consórcio;
- III – exercer o controle de gestão e de finalidade do CONSÓRCIO;
- IV – emitir parecer sobre o plano de atividades, proposta orçamentária, balanços e relatórios de contas em geral, a serem submetidos ao Conselho de Municípios;

2º RTD - CURITIBA/PR

886100

MICROFILME



Handwritten signatures and initials.



V – emitir parecer sobre a proposta de alterações do Estatuto e Regimento Interno;

VI – eleger seu Presidente, Vice-Presidente e Secretário.

VII - sugerir melhor forma de funcionamento do CONSÓRCIO.

VIII – elaborar estudos e pareceres.

IX – solicitar ao Presidente do Conselho de Municípios a convocação de reunião do órgão, bem como a inclusão de assuntos na pauta de reuniões.

Art. 18. O Conselho Fiscal e Técnico poderá ser convocado extraordinariamente, por no mínimo 1/3 dos seus membros.

Seção III

Art. 19. A Câmara de Gestão de Coleta, Transporte, Transferência, Tratamento e Destinação Final, será constituída por 01 representante técnico dos Municípios optantes pela concessão.

Art. 20. Compete à Câmara de Gestão de Coleta, Transporte, Transferência, Tratamento e Destinação Final:

I – Gerenciar a execução dos serviços previstos no contrato de concessão, garantindo: a regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e a modicidade das tarifas.

II - Responsabilizar-se pela análise dos diagnósticos provenientes dos Municípios integrantes da Câmara, relativos a atuação da Concessionária.

III - Emitir relatórios conclusivos sobre os diagnósticos recebidos, propondo a adoção das medidas necessárias caso existam irregularidades a serem corrigidas.

IV – Atuar de forma a determinar a aplicação das penalidades a concessionária previstas no contrato de concessão.

V - Gerir através de fundo, a ser constituído por instrumento próprio, os recursos oriundos da outorga da concessão, a serem repassados aos Municípios integrantes da Câmara, de forma proporcional ao número de usuários em cada Município.



VI - Realizar anualmente ou quando solicitado a análise das tarifas praticadas pela concessionária.

Seção IV

Art. 21. A Câmara de Gestão de Tratamento e Destinação Final será constituída por 01 representante técnico dos Municípios optantes pela contratação.

Art. 22. Compete à Câmara de Gestão de Tratamento e Destinação Final:

I - Gerenciar a execução dos serviços previstos no contrato, garantindo: a regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade e, cortesia na sua prestação.

II - Responsabilizar-se pela análise dos diagnósticos provenientes dos Municípios integrantes da Câmara, relativos a atuação da Contratada.

III - Emitir relatórios conclusivos sobre os diagnósticos recebidos, propondo a adoção das medidas necessárias caso existam irregularidades a serem corrigidas.

IV - Atuar de forma a determinar a aplicação das penalidades à contratada, previstas no contrato.

V - Realizar anualmente ou quando solicitado a análise do custo praticado pelas empresas contratadas.

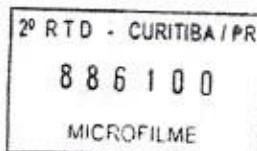
Seção V

Art. 23. A Secretaria Executiva é o órgão executivo do CONSÓRCIO, constituído por um Coordenador Geral e pelo corpo técnico e administrativo, a serem aprovados pelo Conselho de Municípios.

Art. 24. Compete ao Coordenador Geral:

I - responder pela execução e gerenciar as atividades do CONSÓRCIO;

II - Elaborar e propor o plano de atividades e a proposta orçamentária anual do Consórcio, a estruturação administrativa de seus serviços e o quadro de pessoal a serem submetidos à análise e aprovação do Conselho de Municípios.



[Handwritten signatures and initials]



III – Elaborar o relatório anual da gestão, o balanço anual e as prestações de contas a serem submetidas a apreciação do Conselho de Municípios, ao Conselho Fiscal e Técnico e aos órgãos competentes na forma da lei;

IV – propor ao Conselho de Municípios a solicitação de servidores públicos para prestarem serviços no CONSÓRCIO;

V- fornecer ao Conselho de Municípios todas as informações que lhe sejam solicitadas;

VI – autenticar livros de atas e de registros próprios do CONSÓRCIO;

VII – propor a contratação de serviços de terceiros, convênios e formas de relacionamento com órgãos nacionais e internacionais;

VIII- providenciar a elaboração das atas das reuniões do Conselho de Municípios.

Art. 25. Aos servidores públicos solicitados será concedido afastamento com ônus para o Órgão de origem, sem prejuízo das vantagens pessoais e aquelas decorrentes do seu cargo ou emprego.

CAPÍTULO V DO PATRIMÔNIO E DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art. 26. O patrimônio do CONSÓRCIO será constituído:

I – pelos bens que vier a adquirir a qualquer título;

II – pelos bens que lhe forem doados por entidades públicas ou particulares.

Art. 27. Constituem recursos financeiros do CONSÓRCIO:

I – Contribuição periódica dos consorciados, a ser definida pelo Conselho de Municípios;

II – os auxílios, as contribuições e subvenções concedidos por entidades públicas e particulares;

III – as rendas de seu patrimônio;

IV – as doações e legados;



2º RTD - CURITIBA - PR
886100
MICROFILME

[Handwritten signatures and initials are present over the stamp and to its left.]



V - o produto da alienação de seus bens.

CAPÍTULO VI DA RETIRADA, EXCLUSÃO E DISSOLUÇÃO

Art. 28. É assegurado a qualquer Município Consorciado o direito de se retirar a qualquer momento do CONSÓRCIO, desde que denuncie sua intenção, em prazo nunca inferior a 180 (cento e oitenta) dias, procedendo-se então a entrega da cota-parte correspondente à sua participação patrimonial.

Art. 29. O CONSÓRCIO somente será extinto por decisão unânime do Conselho de Municípios, em reunião extraordinária, especialmente convocada para este fim.

Parágrafo Único - Em caso de extinção, a assembléia mencionada no caput deste artigo, decidirá também sobre a distribuição dos bens e recursos do CONSÓRCIO aos seus participantes, observando a sua origem e proporcionalidade.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 30. O Estatuto do CONSÓRCIO somente poderá ser alterado através de decisão de, no mínimo 2/3 (dois terços) dos membros do CONSÓRCIO, regularmente convocados para assembléia extraordinária para esta finalidade.

Art. 31. Ressalvadas as exceções expressamente previstas no Estatuto, todas as demais deliberações do Conselho de Municípios serão tomadas pelo voto da maioria absoluta.

Art. 32. Havendo consenso entre seus membros, as eleições e demais deliberações do Conselho de Municípios poderão ser efetivadas através de aclamação.

Art. 33. O voto de cada membro do Conselho de Municípios será singular, independentemente das inversões feitas pelo Município que representa no Consórcio.



Handwritten signatures and initials, including a large 'L' and 'M'.





Art. 34. Cada consorciado pode colocar a disposição do CONSÓRCIO os bens de seu próprio patrimônio e os serviços de sua própria administração para uso comum, de acordo com a regulamentação que for avençada, respeitada a legislação aplicável.

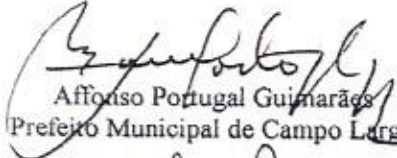
Art. 35. Os membros do CONSÓRCIO não responderão pessoalmente pelas obrigações contraídas com a ciência e em nome da entidade, mas assumirão as responsabilidades pelos atos praticados de forma contrária à lei ou às disposições contidas no Estatuto.


Art. 36. Excepcionalmente, o primeiro mandato nos Conselhos previstos neste Estatuto será até a data de 31 de dezembro de 2004.

Art. 37. O Conselho de Municípios promoverá o registro do presente instrumento no Cartório de Registro de Títulos e Documentos, na cidade de sua sede, para que o CONSÓRCIO adquira personalidade jurídica.


Antônio Cezar Manfron Barros
Prefeito Municipal de Almirante Tamandaré

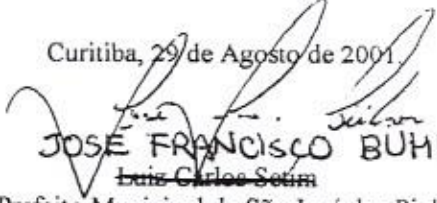

Osvaldo Vanderelei Costa
Prefeito Municipal Balsa Nova



Affonso Portugal Guimarães
Prefeito Municipal de Campo Largo

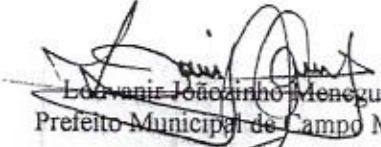

Wilson Baumel Piel
Prefeito Municipal de Contenda

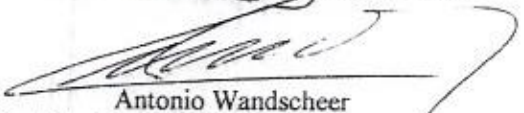


Curitiba, 29 de Agosto de 2001


JOSE FRANCISCO BUHRER
Luiz Carlos Setim
Prefeito Municipal de São José dos Pinhais
EM EXERCÍCIO

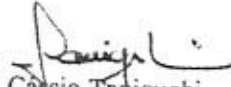

Elerian do Rocio Zanetti
Prefeito Municipal Campina Grande do Sul



Loivanir Joacirino Menegusso
Prefeito Municipal de Campo Magro



Antonio Wandscheer
Prefeito Municipal de Fazenda Rio Grande

2º RTD - CURITIBA / PR
886100
MICROFILME




Cassio Taniguchi
Prefeito Municipal de Curitiba


Luiz Carlos Chimim Claudino
Prefeito Municipal de Mandirituba



MARCO ANTONIO PEIXOTO
OAB/PR 26913

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
Rua Cândido Lopes, 230/cj. 02 - F: 224-2444

Apresentado em: 08 NOV. 2001 para registro

886100
8.396

PROTOCOLADO A Registro sob nº 8.396
no livro "A" nº 5 da Registro Civil das
Pessoas Jurídicas, Curitiba, 25


Aramis Salata
Juramentado
CPF 307.179.659-53
1 REGISTRAL
Nº AAS44595



CERTIDÃO Registrada
Certifico que este documento foi autenticado por
de certidão de inteiro teor (1)
0 (zero) páginas e VERDADEIRA

29 JUN 2006

SELO
FUNABREM

TIT E DOC
E PESSOAS
JURÍDICAS
BOL 95928

JOÃO VALDIR JÚNIOR
Aramis Salata

